

“Não mais, Musa, não mais”. O fim do mundo a partir de Camões

Tiago Sousa Garcia

Universidade do Porto | University of Kent

Resumo: Ao tempo da publicação de *Os Lusíadas*, Portugal encontrava-se num momento crucial da sua História. Com a empresa dos Descobrimentos em declínio, o jovem rei Sebastião tentava redireccionar os esforços nacionais para uma nova guerra santa. O descontentamento era evidente. Apesar de concluído em meados do século XVI, *Os Lusíadas* sofre revisões que aludem aos problemas do país à época da sua primeira publicação em 1572: a influência nefasta de alguns conselheiros reais, a avariza e cobiça dos principais nobres e mercadores nacionais, os pesados impostos levantados à população empobrecida, o desinteresse pela literatura e pelas artes humanistas. Neste artigo, faz-se uma leitura presentista do crescente descontentamento do narrador em *Os Lusíadas* provocado pela espiral de declínio em que o país entrou e que, eventualmente, resultará na completa recusa do narrador em continuar a glorificação da história nacional. Uma nota final em modo impressionista transporta as preocupações de Camões para o contexto cultural e académico de Portugal em 2015.

Palavras-chave: *Os Lusíadas*, Luís de Camões, presentismo, economia, apoio à investigação, filistinismo

Abstract: At the time of the publication of *Os Lusíadas*, Portugal was at a crucial crossroads in its history. With the enterprise of Discoveries in decline, young King Sebastian I attempted to redirect the national effort towards a new holy war. The nation's discontent was clear. Even though the manuscript of *Os Lusíadas* had been concluded in the mid-fifteenth century, the text was revised up until the moment of its first publication in 1572: examples of that are the allusions to the nefarious influence of some of the royal counsellors, to the greed and ambition of the nobility and merchant classes, to the heavy taxes levied to the impoverished populace, or to the lack of interest shown in literature and other humanist arts. This article gives a presentist reading of the growing disenchantment displayed by the narrator of *Os Lusíadas* caused by the spiral of decline into which Portugal had fallen and that will, ultimately, lead him to stop the

glorification of the nation's history. A final impressionist note will carry Camões' concerns to the cultural and academic context of Portugal in 2015.

Keywords: *Os Lusíadas*, Luís de Camões, presentism, economy, research grants, philistinism

Antes de começar, alguns avisos à navegação. O primeiro aviso é metodológico: o que tentarei fazer aqui é diferente do tipo de análise que normalmente faço. Não estou certo de que resulte; não estou certo de que conseguirei convencer – mais, não estou certo de que *quero* convencer. Talvez por isso prefira chamar a este artigo “O fim do mundo *a partir* de Camões” – a maior parte do que se seguirá dever-se-á mais a mim do que ao poeta quinhentista. Daí segue que quando me referir a Camões, ou ao Poeta, não me refiro necessariamente a Camões personagem histórica, nem talvez ao poeta enquanto sujeito biográfico. O poeta Camões de quem falarei é uma entidade misteriosa – uma mescla de historicidade com uma figura idealizada de um Camões enquanto poeta maior – quase heróico – das letras europeias.

Finalmente – dividi esta comunicação em duas partes desiguais. A primeira, mais longa, será a leitura ela mesma. A segunda, mais posfácio que análise, assemelha-se a uma reflexão de quem acabou de pousar o livro: desconexa, rápida, incerta.

Permita-me, caro leitor, que comece por alterar as unidades de tempo: esqueça, por agora, segundos, minutos, horas; dias, meses e anos. O tempo, n’*Os Lusíadas*,¹ mede-se em versos, estâncias e cantos. Na narrativa de Camões, os navegadores portugueses demoram seis cantos completos até desembarcarem na Índia – mais de seiscentas estâncias; ou mais de quatro mil e oitocentos versos. Estes mais de quatro mil e oitocentos versos traduzem cerca de quinze séculos de História e um de navegação. E todavia, a viagem de regresso de Vasco da Gama e companhia dura menos de duas estâncias. Como se a desolação atingisse subitamente o poeta – ou como se as naus de Gama fossem levadas em mão pelos deuses de volta ao Tejo. Ou talvez um pouco dos dois. O que me interessa neste momento é aquilo que imediatamente sucede ao retorno dos navegadores:

Não mais, Musa, não mais, que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida.
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida. (X.145.1-4)

O fim da viagem é, então, o fim d'*Os Lusíadas*, mas os termos em que Camões introduz o fim do seu trabalho poético são incrivelmente significativos. Não se trata de um qualquer término de narrativa: não é apenas um “isto é o fim” ou “em conclusão”. As últimas palavras do poeta são de desespero, cansaço, quase suplicando pela morte. O fim do canto é, também, o fim da vida; ou então, o fim da escrita é o fim do mundo.

Deve notar-se que esta não é uma mera associação semântica (embora também o seja): o fim da escrita, ou antes, a impossibilidade de continuar a escrever como sinónimo do fim de tudo é um tema que reaparece de tempos a tempos na obra de Camões. Veja-se, por exemplo, a sua extraordinária sextina: “Nao posso imaginar qual seja a pena/ Que traslade esta pena com que vivo” que termina “Morrendo estou na vida, e em morte vivo/ Vejo sem olhos, e sem língua falo;/ E juntamente passo gloria e pena” (Camões 1981: 76). O jogo de palavras entre “pena” como desgosto ou tristeza e “pena” enquanto objecto de escrita assemelha-se à dicotomia que identifiquei n'*Os Lusíadas* entre a impossibilidade da escrita e fim do mundo. As duas penas são, para Camões, inseparáveis, e inversamente proporcionais: quanto maior a pena na vida, menor o uso para a pena de escrita.² No terceto que encerra a sextina, Camões junta a impossibilidade da escrita com outro tema que lhe é subjacente: a profecia. Aquele que vê sem olhos e fala sem língua lembra tanto Tirésias – o profeta cego – como Filomela, que teceu a história da sua violação e mutilação porque não a podia contar. Ao juntar estes dois personagens, Camões produz a figura idealizada do vate: o profeta masculino e feminino, capaz de ver além do tempo e de cantar mesmo quando a linguagem não é suficiente. Quando o canto já não é mais possível, então, o fim do mundo esta próximo.

O desânimo final n'*Os Lusíadas* chega também de modo semelhante: o fim da narrativa sucede ao maior esforço profético do poeta quando, através de Tétis, reconta os acontecimentos que se seguiram à viagem de Vasco da Gama até ao momento da escrita. Permitam-me também que proponha uma possível definição de profeta: aquele que conhece a *história* do futuro. O profeta assemelha-se ao ponto de origem de dois

vectores distintos, com direcções opostas. A estrutura temporal d'*Os Lusíadas* é, como se sabe, semelhante. A narrativa posiciona-se no centro dos dois vectores – a viagem de Vasco da Gama – conhecendo igualmente o passado como o futuro.³ Consequentemente, esperar-se-ia que o desânimo final se anteviesse nas primeiras linhas do poema, e de facto assim é. Ao longo da narrativa o poeta pede a intervalos a renovação da inspiração às musas. Estas repetidas invocações são normalmente entendidas como uma espécie de pausa de recuperação, como se o poeta estivesse num longo caminho e precisasse de se alimentar para continuar. Talvez. Mas são também sinal de que o autor não tem outra opção senão continuar, como se o poema estivesse já escrito nos céus e o poeta não fosse tanto criador como escrivão, não tanto demiurgo como escravo, lembrando a pontos a hesitação de Cristo em continuar com o plano sangrento de crucificação de Deus. Reestabelecido pelas musas, o poeta continua o seu caminho, mas o desânimo é cada vez mais evidente.

O primeiro grande e evidente momento de dúvida acerca do percurso histórico português surge, como é sabido, pela voz do velho do Restelo. Qual Quixote investindo contra os moinhos, o ancião amaldiçoa as gigantes naus de partida para a Índia ao mesmo tempo que amaldiçoa o próprio Camões e a sua epopeia:

Oh! Maldito o primeiro que no mundo
Nas ondas vela pôs em seco lenho!
Dino da eterna pena do Profundo,
Se é justa a justa Lei que sigo e tenho!
Nunca júizo algum, alto e profundo,
Nem cítara sonora ou vivo engenho,
Te dê por isso fama nem memoria,
Mas contigo se acabe o nome e a gloria! (IV.102)

O que o velho do Restelo não sabe, mas não escapa a Camões na sua posição de vate, é que o canto é inevitável, tal como o é a empresa das navegações portuguesas. O desencanto continua a crescer ao longo da narrativa a tal ponto que o suposto culminar do presente do tempo narrativo com o desembarque dos navegadores portugueses em Calecute é relativamente anti-climático e breve. Em vez da recepção heróica, dos laços fortes de amizade, da conquista e conversão dos nativos, das riquezas e fortes laços

comerciais, os portugueses são recebidos com artimanha, traição, intriga. Em tempo narrativo, os portugueses passam apenas dois cantos na terra desejada, ou menos ainda, já que parte destes é dedicada uma vez mais ao passado glorioso, quando Paulo da Gama explica ao Catual as vidas dos heróis desaparecidos. O pináculo da História portuguesa, parece Camões dizer do seu ponto de vista privilegiado, não é a chegada à Índia, mas a própria viagem. A chegada à Índia é apenas o princípio de outra parte da História lusa, outra parte bastante mais sangrenta e bastante menos gloriosa, resumida por Tétis a Vasco da Gama. Uma outra metáfora para o tempo narrativo n’*Os Lusíadas* é a de uma subida a uma montanha, onde o apogeu é a chamada de ‘Terra à vista’ ao largo de Calecute, e onde a descida, apesar de certa e conhecida desde o início da subida, se apresenta como uma conclusão inesperada e indesejada. No fim da descida, então, a súplica de Camões, “Não mais, Musa, não mais,” e depois, silêncio, fim.

Essa súplica final não é, contudo, o produto de uma tristeza trazida pelo final de uma viagem agradável, mas, como disse anteriormente, o resultado de uma crescente desilusão com o propósito da empresa. É certo que o primeiro indício de descontentamento chega pela voz do velho do Restelo, mas rapidamente o poeta transportará preocupações semelhantes para a sua própria voz. No final do oitavo canto, por exemplo, após expor a plano do Catual para se apoderar da mercadoria portuguesa, Camões intervém:

Veja agora o juízo curioso
Quanto no rico, assi como no pobre,
Pode o vil interesse e sede imiga
Do dinheiro, que a tudo nos obriga.

[...]

Este rende muitas fortalezas;
Faz treedores e falsos os amigos;
Este a mais nobres faz fazer vilezas,
E entrega Capitães aos inimigos,
Este corrompe virginais purezas,
Sem temer de honra ou fama alguns perigos;
Este deprava às vezes as ciências,

Os juízos cegando as consciências.

Este interpreta mais que sutilmente
Os textos; este faz e desfaz leis;
Este causa os perjúrios entre a gente
E mil vezes tiranos torna os Reis.
Ate os que só a Deus omnipotente
Se dedicam, mil vezes ouvireis
Que corrompe este encantador, e ilude;
Mas não sem cor, contudo, de virtude. (VIII.96-99)

Estas considerações finais ligam-se mais claramente, por proximidade, aos intentos dos inimigos dos portugueses na Índia, parecendo, à primeira vista, ilibar a empresa portuguesa de qualquer ambição de riqueza. As palavras de Vasco da Gama ao Samorim ecoam precisamente esse sentimento, quando lhe diz que, ao celebrar o acordo com D. Manuel, do Samorim será o proveito, e do português a glória (VII.62.8). No entanto, pelos próprios termos de Camões, ninguém está imune à cobiça, nem Portugal, nem os seus reis e barões, nem os seus marinheiros heróis: a sede de dinheiro corrompe em absoluto e, crucialmente, é capaz de se esconder por debaixo de um manto de virtude. Este é também o sentimento do velho do Restelo, que abre o seu grito de descontentamento com as famosas palavras “ó gloria de mandar, ó vã cobiça/ Desta vaidade a quem chamamos Fama” (IV.95.1-2), em que o objectivo declarado da empresa portuguesa – a fama – é precedido pela carga semântica moral e monetária da cobiça.

Esta ligação entre os perigos morais da empresa dos descobrimentos e a crescente desilusão do poeta-profeta que sabe o resultado final do seu canto tornam-se claras no final do sétimo canto. Depois da recepção do Samorim a Vasco da Gama para discutir o acordo de paz mercantil, e assim que o Catual sobe à nau de Paulo da Gama e é recebido com comida e vinho, o poeta interrompe-se a meio do verso e pede de novo às musas forças para continuar. As razões que o poeta apresenta são múltiplas, mas, para o meu propósito, saliento duas: o esquecimento a que foi relegado apesar dos seus esforços para glorificar a História da nação, e a falta de mérito de tantos daqueles agentes que depois da primeira viagem de Vasco da Gama irão dominar o comércio com a Índia e os outros territórios portugueses. “Vosso favor invoco,” suplica o poeta, “que

navego/ Por alto mar, com vento tão contrario/ Que, se não me ajudais, hei grande medo/ Que o meu fraco batel se alague cedo.” (VII.78.5-8). O batel é fraco porque, apesar dos seus esforços, a fortuna traz a Camões “Novos trabalhos vendo e novos danos” (VII.79.4). Mas, apesar de todas as dificuldades, o problema maior é a ingratidão daqueles que deveriam reconhecer-lhe os feitos e que, em vez de o honrarem, “Trabalhos nunca usados me inventaram,/ Com que em tão duro estado me deitaram!” (VII.81.7-8). A solução mais fácil para os seus problemas, parece admitir Camões, seria a lisonja daqueles que, sem feitos dignos da lira do poeta, estivessem dispostos a pagar por ela. Mas Camões mantém-se fiel à sua musa, advertindo-a de que “Nenhum ambicioso que quisesse/ Subir a grandes cargos, cantarei,/ Só por poder com torpes exercícios/ Usar mais largamente de seus vícios” (VII.84.5-8) mas apenas “Aqueles sós direi que aventuraram/ Por seu Deus, por seu Rei, a amada vida,/ Onde perdendo-a, em fama a dilataram” (VII.87.1-3).

Esses heróis dignos do louvor de Camões são os protagonistas dos últimos cantos d’*Os Lusíadas*, principalmente através das profecias de Tétis. O último desses é D. João de Castro, que morre em 1548, antes do nascimento de D. Sebastião, e cuja morte coincidirá, *grosso modo*, com a data da conclusão do manuscrito d’*Os Lusíadas*. Embora existam exemplos de revisões posteriores, quase até à data da sua publicação, nenhuma dessas revisões alude a qualquer contemporâneo de Camões em Lisboa. O poeta-profeta sabe que a descida da montanha está concluída, e que o fim da narrativa é também o fim do mundo idealizado n’*Os Lusíadas*, um mundo em que valores do espírito humanista como a Fama, a Glória, ou o Conhecimento, serão abandonados em favor da nova idade mercantil que tomará conta da sociedade portuguesa. Talvez porque *Os Lusíadas* são o canto de cisne de um mundo prestes a desaparecer, Tétis decide mostrar a Gama a máquina do mundo, as esferas concêntricas que seguem percursos fixos, impelidas por um Deus imóvel e inescrutável para qualquer mero humano. A máquina do mundo contém o universo todo, e esse está contido n’*Os Lusíadas*.⁴ Camões é, afinal, o criador e o destruidor de um mundo em vias de extinção. E, de novo, quando a narrativa acaba, esse mundo cantado pel’*Os Lusíadas* acaba também:

Não mais, Musa, não mais, que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,

E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a patria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
D'uma austera, apagada e vil tristeza (X.145)

O fim do mundo de Camões e d'*Os Lusíadas* então, neste contexto, assemelha-se ao castigo do deus vingador do Antigo Testamento. Não cantarei mais, diz Camões, porque ninguém me ouve, porque a empresa gloriosa que tentei celebrar foi substituída pela cobiça. Ou por outras palavras, não vale a pena cantar aqueles cujos ouvidos estão surdos e os olhos cegos pela sede de dinheiro.

Coda, ou Camões XXI

“Quando ouço a palavra ‘cultura’, pego na minha pistola” – este *dictum* é normalmente atribuído a Hermann Göring, Reichsmarschall da Luftwaffe. A ironia é que a famosa frase não pertence a Göring, mas a uma das personagens de *Schlageter*, uma peça de Hanns Johst produzida para o aniversário de Adolf Hitler em 1933, e uma expressão clara da ideologia nazi. Ou, por outras palavras, mesmo um dos regimes mais terríveis da História da humanidade percebe que a cultura é necessária – mesmo útil –, e que, como qualquer instrumento humano, não é essencialmente pura e moral. A eficácia do ministério da propaganda de Goebbels é exemplo claro disso, particularmente no que ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nazi diz respeito. Também o Estado Novo português teve o seu secretariado de Propaganda Nacional que, ao comando de António Ferro, premiou a *Mensagem* de Pessoa, num concurso em que parte dos critérios era a necessidade de possuir um discurso nacionalista e de promover os valores nacionais.⁵ Também a epopeia de Camões foi posta ao serviço da ditadura portuguesa que, numa leitura simplista, a tornou no símbolo maior da portugalidade, ignorando completamente o contexto verdadeiramente global do qual *Os Lusíadas* é um produto.

A cultura parece sobreviver a tudo então, excepto quando valores monetários mais altos se levantam. Em 2011, o Ministério da Cultura foi extinto. Em 2014, os

resultados da avaliação aos centros de investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia foi conhecida: cerca de metade dos 322 centros soube que o seu orçamento não ultrapassaria 5000 euros por ano – na melhor das hipóteses (Ferreira/Firmino 2014). As bolsas de Doutoramento e Pós-Doutoramento atribuídas caíram para menos de metade dos números de há uma década atrás (Ferreira 2014). Os jovens licenciados foram aconselhados a emigrar pelo seu primeiro-ministro (Público/ Lusa 2011). Centros de investigação fecharam, cursos desapareceram, muitos saíram do país. Não preciso de continuar, todos sabem a que me refiro e certamente muitos ecoaram as palavras de Camões: não mais, Musa, não mais. Não conseguimos continuar.

A grande diferença entre os contemporâneos de Camões e os nossos é, talvez, de agência: Camões terminou porque viu o seu mundo corrompido pela cobiça e com pouco interesse em renovar-se, mas a decisão de quando e como terminar foi do próprio poeta. A nossa opção de continuar vai-nos fugindo, e a cada passo forçam-nos a desistir. Quando no caminho estamos cansados e suplicamos por ajuda, ninguém nos ouve e ninguém nos responde. *Os Lusíadas* continuam no currículo escolar, mas, se não existir ninguém capaz de ler para além do nacionalismo salazarista que ainda persiste em tantos, valerá sequer a pena continuar a ler?

Depois de terminar a sua narrativa, desgostoso pelos ouvidos duros daqueles que compunham a elite da sociedade portuguesa, Camões abriu a porta a uma réstia de esperança: D. Sebastião, o jovem rei que teria o poder de se tornar no rei perfeito do humanismo e acabar com o monopólio do vil metal nas consciências nacionais. Sabemos, com o privilégio da História, que D. Sebastião destruirá completamente a esperança de Camões. Recentemente tivemos a notícia de que um grupo foi criado para repensar a função da FCT (Firmino 2015); em Novembro de 2015, o Ministério da Cultura foi reestabelecido. Talvez esta seja a nossa réstia de esperança, talvez não. Tal como Camões, a função dos académicos e agentes culturais é a de cantar para ouvidos surdos e peitos endurecidos, mas, ao contrário do poeta, não podemos decidir quando o fim da nossa narrativa chegará.

Bibliografia

Blanco, José (2006), “A verdade sobre a *Mensagem*”, <www.fundacaoantonioquadros.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=65&Itemid=34&limit=1&limitstart=13> (último acesso em 24/01/2016).

Camões, Luís de (1981), *Lírica Completa III*, ed. Maria de Lurdes Saraiva, Lisboa, INCM.

-- (1999), *Os Lusíadas*, ed. António José Saraiva, Porto, Figueirinhas [1978].

Dixon, Paul B. (1985), “History as prophecy in Camões’s *Os Lusíadas*”, *Luso-Brazilian Review*, 22, University of Wisconsin Press: 145-150.

Firmino, Teresa (2015), “Criado grupo de reflexão sobre o futuro da FCT”, *Público*, Lisboa, 15 de Dezembro de 2015.

Ferreira, Nicolau (2014), “Corte nas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento da FCT foi brutal”, *Público*, Lisboa, 15 de Janeiro de 2014.

Ferreira, Nicolau / Firmino, Teresa (2014), “Resultados da avaliação da FCT: 11 centros excepcionais e 52 excelentes”, *Público*, Lisboa, 22 de Dezembro de 2014.

Oliver, Elide Valarini (2003), “The machine of the world and the man-machine: cosmo-vision and the individual consciousness in times of certainty and times of doubt”, *Portuguese Studies*, 19, MHRA: 122-144.

Público / Lusa [s/n] (2011), “Passos Coelho sugere a emigração a professores desempregados”, *Público*, 18 de Dezembro de 2011.

Walters, D. Gareth (1993), “Camões and the ends of time: a reading of the ‘Sextina’”, *Portuguese Studies*, 9, MHRA: 128-139.

Tiago Sousa Garcia está prestes a concluir um Doutoramento incluído no programa doutoral TEEME – Text and Event in Early Modern Europe (<http://www.teemeurope.eu/>) nas Universidades de Kent e do Porto. Anteriormente concluiu a licenciatura em Línguas, Literaturas e Culturas, perfil bidisciplinar de Português e Inglês, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e um mestrado em Literaturas Anglo-Americanas pela mesma instituição com uma tese sobre a influência católica sobre o personagem de Stephen Dedalus em *A Portrait of the Artist as a Young Man* de James Joyce, através de uma perspectiva pós-colonial. Actualmente, a sua investigação centra-se na primeira tradução para inglês de *Os Lusíadas* de Camões, por Sir Richard Fanshawe (1655), e na relação dessa tradução com o clima político britânico contemporâneo.

NOTAS

¹ As citações d'*Os Lusíadas* seguem a edição de António José Saraiva de 1978. No corpo do texto serão apenas identificadas por canto, estância e verso.

² Sobre a extraordinária sextina de Camões *vide* Walters 1993.

³ Sobre as implicações do posicionamento entre História e profecia na narrativa d'*Os Lusíadas* *vide* Dixon 1985.

⁴ Sobre a tradição literária e filosófica do tropo da máquina do mundo *vide* Oliver 2003.

⁵ Sobre a atribuição do prémio a Pessoa *vide* Blanco 2006.